



ANAIS

**XI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo**

XI Colóquio Nacional Cultura e Poder

**X Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades**

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2025

**GT 1 – Interfaces entre Religiões e Política na
Contemporaneidade**

TRAMAS URBANAS DA SALVAÇÃO: IGREJAS EVANGÉLICAS COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE MORAL

Karolayne Hanario Rodrigues (PPGAS/UFMS)¹
Guilherme R. Passamani (PPGAS/UFMS/CNPq)²

Resumo: Este artigo investiga a atuação das igrejas evangélicas em territórios urbanos marcados pela precariedade social, entendendo-as como tecnologias de governo moral que articulam cuidado e controle sobre os indivíduos. Ancorado na Antropologia Urbana e na teoria da biopolítica de Michel Foucault, o estudo analisa a conversão religiosa como um dispositivo disciplinar que atua sob a forma de cuidado, promovendo regimes de vigilância e normatização moral. A cidade é interpretada como uma metáfora ativa do cárcere, na qual práticas religiosas reorganizam afetos, identidades e pertencimentos comunitários em contextos de exclusão e ausência estatal. Espera-se contribuir para a compreensão das dinâmicas contemporâneas de governança moral nas periferias urbanas, destacando como a fé religiosa funciona simultaneamente como fonte de amparo e instrumento de disciplina social, influenciando modos de vida e práticas cotidianas. Assim, o trabalho pretende ampliar o debate sobre a relação entre religião, cidade e controle social no cenário urbano brasileiro contemporâneo.

Palavras-Chaves: Religião. Evangélicos. Controle Moral. Periferias Urbanas.

INTRODUÇÃO

Esse artigo começou com uma mudança de foco. No início, a ideia era entender como a religião se comportava dentro das prisões, mas logo outras preocupações começaram a surgir, ultrapassando os muros da cadeia e se espalhando pela cidade. A pergunta original mudou: não era só sobre como a fé atuava dentro da prisão, mas como essa mesma lógica de controle se estendia para as áreas urbanas, principalmente aquelas esquecidas pelo Estado. A cidade passou a ser vista não apenas como um cenário, mas como um espaço de contenção — onde se discutem significados, se definem fronteiras morais e se criam formas de controle que afetam o corpo, o comportamento e a crença das pessoas.

A ideia de cidade foi se transformando em algo etnográfico e político. Pensar no urbano não era mais só sobre ruas e prédios, mas uma reflexão sobre como as pessoas vivem, as maneiras que encontram para sobreviver e como as normas são organizadas. Foi assim que a forte presença das igrejas evangélicas nas periferias deixou de ser vista apenas como um sinal de fé popular e passou a ser entendida como uma ferramenta — cheia de ambiguidade — para organizar a vida do dia a dia. Mais que simples templos, essas igrejas funcionam como lugares

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) na Universidade do Mato Grosso do Sul (UFMS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher (NENP/UFMS) e do Laboratório de Estudos Urbanos (LEU/UFMS). E-mail de contato: hanariok@gmail.com.

² Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP) e Antropologia (ISCTE-IUL). Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atuando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Coordenador do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher (NENP/UFMS) e do Laboratório de Estudos Urbanos (LEU/UFMS). E-mail de contato: guilherme.passamani@ufms.br

de acolhimento e disciplina, oferecendo conforto, mas também exigindo regras. A regeneração espiritual caminha junto com a vigilância moral.

Esse deslocamento teórico permitiu enxergar como práticas de controle antes concentradas no cárcere — como a vigilância, a normatização e a promessa de redenção — se reconfiguram na cidade, agora mediadas pela linguagem da fé. Nos bairros periféricos, a conversão funciona como uma metáfora ativa do enclausuramento simbólico: um rito de passagem moral que transforma o sujeito estigmatizado em alguém reintegrado — desde que se submeta aos códigos de conduta que acompanham esse novo pertencimento. Em vez de câmeras, cultos; em vez de grades, doutrinas; em vez da patrulha do Estado, a vigilância de si e dos outros. A cidade, nesse cenário, se converte em um grande campo moral, onde a salvação é caminho, mas também condição.

Nesse contexto, esse trabalho propõe refletir sobre como, na falta de políticas públicas eficazes, surgem formas alternativas — nem sempre pacíficas — de controlar a vida. A fé assume esse papel de mediadora: apoia, mas também exige; acolhe, mas também vigia. Com base em pensadores clássicos da sociologia e antropologia urbana, como Simmel (2003), Weber (1967) e Park (1973), e dialogando com estudos sobre religião, exclusão e controle, como Boarccaech (2009), Santana (2013) e Natividade & Oliveira (2009), o artigo busca compreender como a religiosidade evangélica funciona como uma gramática moral nas bordas da cidade. Uma gramática que oferece pertencimento, mas com vigilância; que propõe transformação, mas com um jogo de mérito moral.

O que está em jogo aqui é pensar a cidade como um campo de disputas simbólicas, onde as igrejas se tornam as guardiãs de um ideal de regeneração. E, também, entender como essa regeneração se torna, muitas vezes, a única maneira de conseguir reconhecimento social. Ao longo do texto, a ideia de prisão aparece como uma metáfora — não como algo vazio, mas como uma chave para entender como o controle, hoje em dia, não é só feito com muros e algemas, mas com doutrinas, promessas e olhos atentos. Olhos que cuidam, mas também julgam. Que acolhem, mas também separam.

CLÁSSICOS URBANOS E A ORGANIZAÇÃO DA CONDUTA PELA FÉ

Desde os clássicos da sociologia e da antropologia urbana, a cidade tem sido pensada como espaço estratégico para observar transformações sociais, disputas morais e reorganizações da vida em coletividade. Georg Simmel (2003), Max Weber (1967) e Robert Park (1973), ainda que por caminhos distintos, contribuíram para entender como a vida urbana

desafia os modos tradicionais de regulação moral, exigindo novos dispositivos de ordenação da conduta — entre eles, as instituições religiosas.

No ensaio *A metrópole e a vida mental*, Simmel (1973, p. 11-14) explica que a cidade, por causa da grande quantidade de estímulos, da rapidez e da impessoalidade, faz com que as pessoas desenvolvam uma forma específica de pensar e agir. Essa forma, chamada de *atitude blasé*, é uma maneira de se proteger da intensidade da vida urbana, onde o indivíduo vive sempre tentando se diferenciar e se adaptar. Isso pode gerar criatividade, mas também um certo afastamento emocional. Nessa situação, as regras morais se tornam ao mesmo tempo mais flexíveis e mais importantes, porque ajudam a organizar a convivência entre pessoas que muitas vezes são desconhecidas umas das outras (Simmel, 1973, p. 13).

Weber (1967, p. 6), por outro lado, analisa a cidade medieval no Ocidente como uma comunidade que tinha autonomia política, econômica e jurídica — com suas próprias leis, administração, mercados e exército — e também um sentido simbólico de identidade e lealdade. Essa autonomia foi essencial para o surgimento de novas formas de autoridade, e para o desenvolvimento de uma forma de organização social baseada em regras, contratos e leis impessoais (Weber, 1967).

Robert Park (1973, p. 44) vê a cidade como um “laboratório social” onde diferentes culturas, normas e estilos de vida entram em conflito e interação. Para ele, a vida urbana aumenta a liberdade individual, mas também cria a necessidade de formas informais de controle social para lidar com essa diversidade. Park destaca que “a cidade não é apenas um espaço físico, nem uma construção artificial, mas faz parte da vida das pessoas que nela vivem” (PARK, 1973, p. 25). Com o crescimento da cidade, os modos tradicionais de controle baseados em costumes são substituídos por formas mais abstratas e legais (PARK, 1973, p. 29; 50).

Essas leituras convergem para a compreensão da cidade como campo de disputas normativas, em que formas de controle se reconfiguram em contextos de vulnerabilidade social. Nas lacunas deixadas pelo Estado, emergem instituições como as igrejas evangélicas, que oferecem abrigo espiritual, mas também impõem regras de conduta e vigilância constante. Como destacam Natividade e Oliveira (2009), a atuação dessas igrejas nas periferias urbanas está fortemente marcada por um discurso moralizador que constrói certos sujeitos como ameaças à ordem. Para os autores:

As representações sociais sobre homossexuais, travestis e transexuais nos discursos religiosos analisados acionam a metáfora do perigo: são sujeitos construídos como ameaça à ordem, à família, à juventude, à ‘normalidade’ e à própria vida social. Essa construção simbólica do inimigo mobiliza práticas de exclusão e de contenção moral, funcionando como um dispositivo de gestão

das fronteiras entre o aceitável e o abjeto. (...) A homofobia, nesses discursos, não se apresenta apenas como preconceito, mas como pedagogia de conduta, reforçando um ideal de regeneração moral do sujeito e da comunidade (Natividade; Oliveira, 2009, p. 139–140).

Esse processo pedagógico da conduta extrapola as questões da sexualidade e estrutura uma lógica abrangente de regeneração e controle social. Nas igrejas evangélicas periféricas, a fé não é simplesmente um caminho de salvação espiritual, mas também um instrumento para a normatização das subjetividades e dos corpos, promovendo uma inclusão condicional que exige vigilância constante, obediência rigorosa e adesão a códigos de pureza moral. Essa dinâmica revela uma forma sofisticada de governo moral, em que a religiosidade atua simultaneamente como promessa de transformação e salvação e como mecanismo de disciplina e controle social.

A profundidade dessa relação entre fé, moralidade e controle torna-se ainda mais clara quando observamos o papel da assistência religiosa no sistema carcerário. Pesquisas recentes (Boarcceach, 2009; Corrêa, 2022; Santana, 2013) destacam que a presença religiosa nas prisões ultrapassa o âmbito do conforto espiritual, configurando-se como uma tecnologia de governo dos corpos e das subjetividades. A conversão religiosa no cárcere é apresentada como um instrumento para a regeneração moral do indivíduo, mas essa regeneração está condicionada à vigilância, à obediência e à disciplina estrita. Dessa forma, a fé funciona como uma prática de autovigilância que orienta a conduta dos detentos, promovendo um processo de inclusão que é ao mesmo tempo um mecanismo de controle. Essa atuação no sistema prisional espelha e reforça a função social das igrejas evangélicas nas periferias urbanas, onde a religiosidade se torna tecnologia de governo para os corpos marginalizados e vulnerabilizados pela exclusão social.

Assim, a cidade contemporânea, marcada pela complexidade, fragmentação e desigualdade, configura um terreno fértil para que a fé institucionalizada assuma um papel central na organização da conduta social. Ao atuar como dispositivo simbólico e prático de regulação, as instituições religiosas se inserem como protagonistas na construção da ordem moral e social, sobretudo em contextos em que as ausências estatais criam espaços para práticas de governança alternativas. Nesse sentido, a religiosidade urbana se revela como um fenômeno ambíguo, ao mesmo tempo fonte de acolhimento, pertencimento e esperança, e instrumento de vigilância, disciplina e controle social. Compreender essa dupla dimensão é fundamental para a análise das dinâmicas urbanas contemporâneas e das estratégias de regulação social que permeiam os territórios mais vulneráveis.

CONVERSÃO E DISCIPLINA: A RELIGIÃO COMO GRAMÁTICA DO DESVIO

A conversão religiosa, especialmente nas periferias urbanas, tem operado como um verdadeiro rito de passagem moral, reconfigurando não apenas práticas e rotinas cotidianas, mas também os modos como os sujeitos são percebidos socialmente e como passam a perceber a si mesmos. Em contextos marcados por exclusão, estigma e precariedade, ingressar em uma igreja evangélica pode representar a possibilidade de uma ruptura simbólica com a identidade anterior — tida como “perdida” ou “desviada” — e a construção de um novo eu regenerado.

Nessa lógica, indivíduos socialmente marcados como desviantes — usuários de drogas, ex-presidiários, pessoas em situação de rua, jovens racializados e moradores de territórios estigmatizados — são interpelados por uma gramática religiosa que oferece pertencimento, mas exige transformação. A regeneração é proposta como salvação espiritual, mas também como reabilitação moral e social. Os valores centrais dessa nova identidade — disciplina, castidade, trabalho, respeito, autocontrole, submissão à autoridade religiosa — operam como critérios normativos para a reinserção simbólica do convertido na ordem social.

Essa dinâmica pode ser compreendida a partir da teoria do desvio de Howard Becker (2008), que ajuda a ver que o desvio não está no ato em si, mas no olhar do outro — ou melhor, no rótulo que é atribuído socialmente. Para Becker, alguém só se torna “desviante” quando é identificado e reconhecido como tal. O que importa, mais do que o que a pessoa fez, é como o seu comportamento é interpretado e sancionado — principalmente por instituições que detêm o poder de julgar, como a polícia, o sistema judiciário, os serviços sociais e, muitas vezes, as igrejas. Esse processo não para na marcação externa: aos poucos, a pessoa pode acabar acreditando que é exatamente aquilo que dizem que ela é. Como o próprio autor aponta, essa rotulação pode ser tão forte que passa a guiar o modo como o sujeito se vê e age no mundo (Becker, 2008, p. 21; 35).

É nesse ponto que a conversão evangélica entra como uma tentativa de reescrever a própria história. Ao se converter, o sujeito tenta se desprender de rótulos como “bandido”, “pecador”, “marginal” ou “fracassado”, e adota uma nova identidade: a de alguém que foi transformado, que deixou o “mundo” e agora vive sob uma nova moral. Surge, então, a figura do “ex” — ex-viciado, ex-ladrão, ex-perdido — agora apresentado como alguém “regenerado”, digno de respeito e pertencimento. Só que esse novo rótulo, embora mais aceito socialmente, não apaga o estigma anterior — apenas o reorganiza dentro de uma nova linguagem, uma nova gramática de controle.

Essa substituição de identidades sociais carrega uma dimensão disciplinadora: a regeneração é sempre condicional. O reconhecimento comunitário e espiritual do convertido exige adesão integral à moralidade religiosa, conformidade com os comportamentos esperados e vigilância constante de si. A fé, nesse contexto, atua como uma tecnologia de governo (Foucault, 2008), modelando subjetividades por meio de dispositivos de autovigilância, confissão, correção e submissão ao imperativo divino. A figura do convertido não escapa ao poder — ao contrário, torna-se um exemplo de como o poder opera não apenas de forma repressiva, mas produtiva, fabricando sujeitos moralmente autogeridos. O “olhar de Deus” — mediado pelo pastor, pelos irmãos de fé, pela comunidade e pelo próprio convertido — assume o lugar do vigilante externo. A autoridade não precisa mais punir: basta que o sujeito creia estar sendo observado.

Essa dinâmica — regeneração moral sob vigilância — encontra paralelo na etnografia de William Foote Whyte (2005), *Sociedade de Esquina*, em que o autor analisa a organização de jovens da classe trabalhadora ítalo-americana em um bairro urbano marcado por estigmas sociais, criminalização e exclusão. Ao descrever a estrutura do “clube” e a liderança de Doc, Whyte mostra que a reinserção social e o reconhecimento dentro do grupo dependem de uma performance constante de lealdade, força, respeito e controle da própria conduta. A respeitabilidade é construída com base em códigos morais próprios, mas rigidamente aplicados. O pertencimento não é dado: é conquistado, testado e mantido sob vigilância dos pares. O comando de Doc sobre seus rapazes se sustenta tanto por ações diretas de proteção quanto por um sistema interno de disciplina e correção. Em suas palavras:

Eles tinham fé em mim [...] Se um dos nossos garotos tivesse apanhado em qualquer outra rua, eu ia lá com ele [...]. Eu perguntava ao garoto: ‘Qual deles bateu em você?’ Ele apontava o cara, eu ia lá e batia nele, e depois dizia: ‘Você não bate nesse garoto de novo, ouviu?’ (Whyte, 2005, p. 29).

Essa lógica de respeito conquistado pela postura exemplar e pela correção mútua aparece com força na experiência dos convertidos. Dentro das igrejas evangélicas, o pertencimento regenerado não vem de graça — ele exige compromisso, coerência e uma espécie de militância moral constante. O novo convertido precisa mostrar que mudou: deve “dar testemunho”, “permanecer firme na fé”, “andar em santidade”.

E esse esforço não é avaliado apenas pelo pastor. Toda a comunidade participa, funcionando como uma espécie de prolongamento do olhar divino. Assim como os “rapazes da esquina” observados por Whyte testavam o caráter uns dos outros, os fiéis vigiam e corrigem seus pares em nome da pureza, da salvação e da conduta correta. Nesse sentido, a regeneração

funciona como uma nova forma de rotular — mas agora com outra gramática, que se ancora na disciplina religiosa.

Apesar da promessa de uma vida nova, a conversão nem sempre significa libertação plena. Na prática, ela inscreve o sujeito em novas hierarquias e formas de controle. A liberdade oferecida vem acompanhada da exigência de obediência total. O convertido passa a viver em estado de vigilância: qualquer tropeço pode ser interpretado como sinal de fraqueza espiritual, possessão demoníaca ou mesmo traição da fé. Assim como nos grupos analisados por Whyte, sair da linha não compromete apenas a imagem do sujeito, mas coloca em risco seu pertencimento e o acolhimento da comunidade.

Visto por esse ângulo, o processo de conversão não rompe com a lógica do controle — ele apenas a reorganiza. As igrejas funcionam como espaços de mediação moral, nos quais os códigos de respeito, pertencimento e conduta são redefinidos à luz de uma ética religiosa. Isso nos convida a olhar para a atuação dessas instituições para além da esfera simbólica da fé — como será discutido no próximo tópico.

GOVERNAR A PARTIR DA FÉ: BIOPOLÍTICA, MEDO E ENCLAVES MORAIS

A presença das igrejas evangélicas nas periferias urbanas não pode ser lida como simples manifestação espontânea da fé popular. Ela se insere num contexto mais amplo, marcado pela retração do Estado, pela precarização da vida e pelo avanço de desigualdades que empurram milhões para os limites da sobrevivência. Nesses territórios, as igrejas funcionam como espaços de acolhimento e reorganização da vida cotidiana, oferecendo consolo, direção e promessa de regeneração.

Esse acolhimento não é apenas simbólico — ele se concretiza em gestos, vínculos e redes de apoio que, para muitos, fazem falta. O “carinho” evangélico acolhe sujeitos atravessados por exclusão e desamparo, oferecendo sentido e pertencimento. É justamente essa oferta de cuidado, afeto e atenção que garante a eficácia da instituição religiosa: ao tocar o campo das emoções e da vulnerabilidade, ela engendra vínculos duradouros e transforma o acolhimento em adesão. No entanto, esse cuidado não está isento de controle. Como aponta Foucault (1975), tais instituições operam também como tecnologias biopolíticas, moldando corpos, condutas e subjetividades a partir de normas de obediência, renúncia e disciplina.

Nesse cenário, a salvação oferecida vem acompanhada de vigilância. A regeneração moral é cobrada como condição para o acolhimento. Loïc Wacquant (2003) ilumina esse processo ao mostrar como o Estado neoliberal trocou a proteção social pela repressão, deixando

nas mãos das igrejas a tarefa de “cuidar” — mas um cuidado atravessado por exigências morais rígidas. A caridade, aqui, está sempre atrelada à submissão.

Como mostra Teresa Caldeira (2000), a cidade contemporânea se organiza por meio de uma segregação espacial, simbólica e moral, sustentada por discursos que transformam o medo em princípio de ordenamento social. O medo não é apenas um sentimento difuso, mas um organizador da vida urbana. Ele move, isola, diferencia, separa. “O discurso do crime precisa ser maior do que o próprio crime”, como discutido em aula. Não se trata apenas da estatística, mas da percepção. O medo precisa ser mantido em circulação, porque ele justifica o policiamento, os muros, os portões eletrônicos, as grades, a desconfiança do outro. Ele legitima uma série de medidas que parecem naturais — como instalar câmeras de segurança ou contratar um vigilante noturno —, mas que, no fundo, são manifestações de uma política da separação, de uma cidade construída sobre fronteiras invisíveis e visíveis.

Esse medo é funcional: ele reorganiza o mundo social. Quem pode pagar, se protege. Quem tem recursos, se isola em condomínios fechados, verdadeiros claves fortificados. Esses espaços não servem apenas para garantir segurança, mas para constituir um novo tipo de urbanismo baseado na separação dos semelhantes: todos se parecem, pensam parecido, consomem parecido. Ali, é possível manter o outro à distância, não apenas fisicamente, mas também simbolicamente. Para viver ali, é preciso ter capital: econômico, cultural, moral. A casa não é apenas um bem, é uma credencial.

Mas, e quem não pode pagar por isso? E quem vive na parte da cidade onde o Estado só aparece para reprimir, e onde a vida é atravessada pela insegurança constante, tanto material quanto simbólica? Para esses, o medo é diário — mas sem a possibilidade de isolamento garantido pelo dinheiro. Para essa população, especialmente nas periferias, o enclave possível passa a ser a igreja. Um espaço que, diferentemente dos condomínios, não cobra em moeda, mas em presença, em fidelidade, em comportamento. A entrada é gratuita, mas permanecer exige entrega. A proteção oferecida ali é espiritual, mas também social e afetiva: oferece um pertencimento, uma nova identidade, uma possibilidade de reescrever a história. A igreja passa a funcionar como enclave moral, um espaço separado do “mundo de fora” — que é visto como perigoso, corrupto, satânico.

A conversão religiosa pode ser entendida como uma forma simbólica de proteção. Não há muros visíveis, mas há limites bem definidos de comportamento. Em vez de trancas e alarmes, o que se espera é vigilância interna, autocontrole, disciplina. O sujeito convertido passa a habitar um novo corpo — um corpo murado por dentro, treinado para conter desejos, calar

impulsos, sustentar uma identidade regenerada. Essa regeneração, mais do que uma mudança íntima, torna-se uma estratégia para seguir existindo num mundo que, muitas vezes, rejeita, julga e abandona. Converter-se, assim, não garante um lugar confortável na cidade — mas oferece um lugar possível, reconhecível, habitável.

O medo que antes justificava o armamento do Estado agora se converte em temor divino. O policiamento que era externo — feito por viaturas, por câmeras — agora é interior. O fiel aprende a se vigiar, a vigiar o outro, a prestar contas da própria moral. A lógica do controle continua, mas com outro vocabulário. Se antes era o policial quem patrulhava, agora é o pastor — ou o próprio Espírito Santo, internalizado como consciência permanente. A cidade, nesse sentido, continua dividida: os muros das zonas nobres são substituídos por códigos morais nas zonas pobres. A mesma lógica, com outra forma.

A religião, nesse processo, opera como um dispositivo de separação e categorização. Como enfatiza Caldeira (2000), as fronteiras urbanas são traçadas também por símbolos, afetos e moralidades. A religião contribui com essa engenharia social ao distinguir o salvo do perdido, o regenerado do abjeto (aquilo que foi rejeitado, expulso ou lançado fora da ordem social). A conversão não rompe com a lógica urbana do medo; ela a traduz para um idioma acessível aos pobres. Ela oferece uma forma de cidadania — mas uma cidadania diferenciada, precária, condicional. O sujeito convertido pode ser “reintegrado”, mas sob vigilância constante. Ele precisa provar o tempo todo que se converteu de verdade. Basta um deslize, uma recaída, e todo o processo pode ruir.

A metáfora do cárcere ajuda a entender isso: o cárcere já não é apenas uma instituição física, mas uma racionalidade que se infiltra em todas as esferas da vida. A cidade inteira passa a operar segundo essa lógica: corrigir, vigiar, punir. As igrejas evangélicas, nesse sentido, funcionam como cárceres espirituais: espaços de controle simbólico onde se oferece salvação em troca de obediência. O pastor vira o agente disciplinador. O culto vira a rotina de reeducação moral. A conversão é a sentença — só que revestida de amor.

Essa leitura se diferencia de outras abordagens etnográficas que enfatizam somente as formas de resistência dos sujeitos periféricos. Por exemplo, no estudo de Kureda, Passamani e Silva (2021) sobre a “cracolândia” em Campo Grande, vemos como a vida nas margens é cheia de criatividade, performance e luta. Aqui, no entanto, o foco está em como esses agenciamentos são absorvidos, capturados, reelaborados pelas instituições religiosas. A religião não é apenas refúgio, mas também dispositivo de contenção. O consolo vem junto com o controle. A promessa de futuro vem junto com a cobrança diária de pureza.

Por fim, vale lembrar da crítica de Karl Marx (2008), que ainda reverbera com força: a religião seria “o suspiro da criatura oprimida, o âmago de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo.” (MARX, 2008, p. 6). Ela consola, mas também domestica. Alivia, mas também adormece. Diante da ausência do Estado, da falência da segurança pública, do crescimento das desigualdades, a religião cumpre o papel ambíguo de oferecer sentido à dor, mas exigir conformidade moral e passividade política. A conversão pode reorganizar a vida — mas não muda a estrutura que a precariza. Pode oferecer proteção simbólica — mas não resolve o abandono material.

A atuação religiosa nas periferias, portanto, deve ser compreendida não apenas como resposta à exclusão, mas como parte de uma engrenagem mais ampla de governo da vida. A igreja emerge como enclave possível em meio ao medo, oferecendo abrigo sob condições. A cidade, nesse sentido, continua murada — não por pedras, mas por condutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, procurou-se refletir sobre a presença das igrejas evangélicas em territórios urbanos marcados pela precarização, entendendo-as como dispositivos que articulam disciplinamento e regeneração moral. A partir dos clássicos da antropologia urbana — que nos ensinam a olhar a cidade não apenas como estrutura física, mas como cenário simbólico de disputas, afetos e pertencimentos — argumentou-se que essas instituições religiosas operam como tecnologias de governo, moldando condutas, regulando cotidianos e esculpindo subjetividades sob a promessa de salvação e ordem.

Mesmo sem o suporte de uma etnografia direta, o percurso teórico-discursivo empreendido aqui permitiu enxergar a atuação dessas igrejas como extensão de regimes de controle antes circunscritos aos muros do cárcere. A conversão, nesse contexto, emerge como metáfora ativa do enclausuramento simbólico: transforma o corpo vulnerável em espaço de vigilância interiorizada. Fé, moralidade e exclusão passam a se entrelaçar na trama da vida urbana, onde a religiosidade ocupa o lugar de abrigo possível diante da ausência do Estado — ainda que o faça cobrando renúncia, obediência e uma performance moral constante.

As igrejas não acolhem apenas; elas orientam, exigem, disciplinam. A precariedade vira matéria-prima para projetos de reinserção que operam por meio de uma gramática rígida do bem e do mal, do salvo e do perdido. A religiosidade se converte em critério de pertencimento, em filtro moral que define quem pode ou não ser reintegrado ao tecido social. Assim, a fé deixa de ser apenas consolo para se tornar também instrumento de governo.

Pensar a fé como enclave moral é reconhecer que a cidadania produzida nesses espaços é condicional: exige provas constantes de regeneração e vigilância de si. A metáfora do cárcere se reinscreve nos corpos convertidos, nas fronteiras invisíveis que delimitam o aceitável, nos códigos de conduta que se impõem em nome da redenção. A cidade, nesse cenário, não é o espaço da liberdade ampla, mas um campo onde se disputam sentidos de vida, normas de conduta e promessas de futuro. A salvação, ofertada como gesto de cuidado, carrega também a face da contenção. E assim, a religião, ao mesmo tempo que abriga, vigia — e ao vigiar, governa.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOARCCAECH, Alessandro. *Os eleitos do cárcere*. São Paulo: Editora Porto de Ideias, 2009.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34, 2000. p. 257–300.
- CORRÊA, Camila Machado. *Preso convertido é preso calmo: assistência religiosa no cárcere, discurso religioso e limites constitucionais*. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/600/2023/08/2012894_2022_Completo.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade: em busca da antropologia urbana*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- KUREDA, V. E.; PASSAMANI, G. R.; SILVA, M. E. R. *A “cracolândia” de Campo Grande (MS) vista da rua: notas sobre fazer-cidade, biopolítica e territorialidade nas imediações da antiga rodoviária*. Aceno: Revista de Antropologia do Centro-Oeste, Campo Grande, v. 8, p. 245–260, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/aceno/article/view/15650>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- MARX, Karl. *Para a crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Artur Morão. Covilhã: LusoSofia: Press, 2008. Disponível em: https://lusosofia.ubi.pt/textos/marx_karl_para_a_critica_da_filosofia_do_direito_de_hegel.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.
- NATIVIDADE, Joana; OLIVEIRA, Marcos. *Religião, moralidade e exclusão social nas periferias urbanas: uma análise dos discursos evangélicos*. Revista Brasileira de Ciências

Sociais, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 125–145, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/FpKYX7W4DfPBR8Thz3FrNGf/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

PARK, Robert. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 25–66.

SANTANA, Viviane Rocha de. *Aceitar Jesus, porque o Satanás atenta: as conversões neopentecostais no presídio feminino de Sergipe*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6270/1/VIVIANE_ROCHA_SANTANA.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11–25.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WEBER, Max. *Conceito e categorias da cidade*. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.